

REPRESENTAÇÕES E CONCEITOS DAS ÉTICAS DO PODER NA REPÚBLICA ROMANA

Lucas Guimarães Vicente*
Eliton Almeida da Silva**

RESUMO: Nos ecos das indicações de Finley no clássico “Política no Mundo Antigo”, tentaremos prosseguir, para observarmos um mundo político na República Romana mais amplo do que as generalizações do choque de Classes, entre Patrícios e Plebeus. Buscando por meio da história de Conceitos teorizado por Koseleck, compreender as estruturas sócio-políticas da República romana, segundo seus aparelhos mentais, como diria Chartier. (E) (Para) Então entenderemos as suas representações e conceitos das éticas do poder. Para isso analisaremos as obras clássicas, como Cícero, Políbio e as propagandas, registradas em Pompeia e epítáfios romanos.

PALAVRAS-CHAVE: Ordens sociais na Antiguidade, República Romana e História Social.

ABSTRACT: In echoes of the listed Finley “In Classic Politics in the Ancient World”, will try to continue to observe a political world in the Roman Republic broader generalizations of the clash of classes, between patricians and plebeians. Searching through the history of concepts theorized by Koseleck, understand the socio-political structures of the Roman Republic, according to his mental apparatus, as would Chartier. So understand your representations and concepts of ethical power, To analyze this classical works such as Cicero, Polybius and advertisements, registered in Pompeii and Roman epitaphs.

KEYWORDS: Social orders in antiquity, the Roman Republic and Social History.

* Graduado em história no Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto, e se especializando no curso de pós graduação História, Cultura e sociedade do Centro Universitário Barão de Mauá de Ribeirão Preto e mestrando em cultura social na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Franca. E-mail: judagv@yahoo.com.br.

** Graduado em história na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Franca, e mestrando em política cultural, no curso de pós graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” de Franca. E-mail: elitondealmeida@gmail.com

1. **Introdução:**

Neste artigo nos pautamos em entender as estruturas sócio-políticas da República romana, segundo seus conceitos e aparelhos mentais, para poder assim sem modelos, tecermos hipóteses que não sejam anacrônicas e generalistas. Como observamos na “história conceitual” de Koselleck. Que é, antes de tudo, uma concepção historiográfica que toma como fundamento a historicidade humana constituinte do fenômeno linguístico. Em outras palavras o que constitui o tempo histórico são as concepções sociais sobre sua temporalidade e, particularmente, sobre o seu futuro. A temática historiográfica, não é propriamente o passado, mas o futuro; não o fato, mas a possibilidade; mais precisamente, as possibilidades e projetos, passados – o futuro do passado (KOSELECK, 2006,10).

Pois cabe a um historiador encontrar os rastros do processo, não por moldes ou caminhos pré-definidos, já que a história não segue regras ou caminhos já traçados, como observa, Veyne:

Um historiador sabe, por experiência, que, se ele tenta generalizar um esquema explicativo, esse esquema cede sob sua mão, em resumo, a explicação histórica não segue caminhos já traçados de uma vez por toda; a história não tem anatomia. Não se pode encontrar, em sua fluidez, um núcleo consistente. (VEYNE, 1982, 133).

Assim compreendendo o objeto histórico por meio de suas próprias construções e conceitos, nos permite tecer a linha de Teseu para sairmos deste labirinto, e historicizar o processo, como Veyne aborda:

[...] a história é um palácio do qual não descobriremos toda a extensão (não sabemos quanto nos resta de não-factual a historicizar) e do qual não podemos ver todas as alas ao mesmo tempo; assim não nos

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

aborrecemos nunca nesse palácio em que estamos encerrados. Um espírito absoluto, que conhece seu geometral e que não tivesse nada mais para descobrir ou para descrever, se aborreceria nesse lugar. Esse palácio é, para nós, um verdadeiro labirinto; a ciência dá-nos fórmulas bem construídas que nos permitem encontrar saídas, mas que não nos fornecem a planta do prédio [...] (133).

Então, todo conceito e realidade estariam sendo determinados numa dicotomia entre “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”. A primeira se refere ao presente sempre em mudança (KOSELLECK, 2006,61) e a segunda reporta a projeção do futuro e sua própria temporalidade. E assim olhar o passado em ação, sempre modificado por um futuro e sua temporalidade.

Contudo, a análise da história de conceito, não é apenas um estudo histórico-linguístico, mas que está em busca de evidenciar o olhar do passado, como diria Febvre os aparelhos mentais, que estão dispostos na linguagem e sua representação da experiência vivida. Assim a história dos conceitos, fornece subsídios para compreensão dos processos históricos, e suas tensões, permanências e mudanças (98).

Isso pode ser observado, primeiro na estratificação dos significados de um conceito em épocas diferentes, para assim compreender em curto, médio e longo prazo as suas mudanças que indicam também transformações estruturais na sociedade (116). Pois tem a capacidade de significar as permanências estruturais históricas por meio de representações linguísticas da realidade. Já que faz parte de uma narrativa, que são representações do passado vivido. Como apresenta Koselleck

[...] mostra que todo conceito que faz parte de uma narrativa ou de uma representação, [...] os conceitos não nos instruem apenas sobre a unidade se significados [...] anteriores mas também contém possibilidades estruturais; colocam em questão traços contemporâneos no que é não-contemporâneo e não pode reduzir-se a uma pura série histórica temporal [...] permitem que uma história que em seu momento foi dada como “real” possa ser hoje dada como possível e, com isso, ser representada [...]”. (143)

Portanto estes conceitos abordados pela estrutura histórica definida por Koselleck são importantes para a história social, pois é o pano de fundo para entendimento do objeto histórico, por isso a análise deste artigo será primeiro definir os conceitos para então analisar o processo das tensões e vozes da república romana, expostas tanto em escritos clássicos como em propagandas arqueológicas preservadas ainda hoje na cidade de Pompeia e epítáfios.

Para entendermos a estruturação das representações simbólicas apresentadas nos discurso clássicos, estaremos imbuindo o modelo de Roger Chartier. Qual retira ou teoriza o conceito de estruturas de pensamento, qual mais tarde denomina de aparelhos mentais de Febvre. Que seriam evocações socioeconômicas, que organizam a maneira de pensar e indicam tanto as práticas como as produções artísticas. Como Chartier aponta:

sem explicitá-la ou teorizá-la, febre sugere aqui uma leitura que postula, para uma dada época, a existência de “estruturas de pensamento” (a expressão não aparece em febre), elas próprias comandadas pelas evocações socioeconômicas, que organizam tanto as construções intelectuais quanto as produções artísticas, tanto às práticas coletivas como os pensamentos filosóficos [...] (CHARTIER, 2002,29)

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

Febvre não chegou a definir o conceito de aparelhagem mental, mas nos deixou apontamentos para entendermos mais profundamente e de perto. Dizia que cada civilização e época tem sua própria aparelhagem mental, estruturas que não estavam congeladas, mas em constante mudança e em contato uma com as outras. Estas fomentam a forma do pensamento, que antes de tudo são os instrumentos materiais (as técnicas) e conceituais (as ciências). Como indica Chartier:

Febvre não define a aparelhagem mental, mas caracteriza-a assim [...] a cada civilização sua aparelhagem mental; mas do que isso, a cada época de uma mesma civilização a cada progresso, seja das técnicas, seja das ciências que a caracteriza – uma aparelhagem renovada, um pouco mais desenvolvida para certos empregos, um pouco menos para outros. uma aparelhagem mental que essa civilização, que essa época não está garantida de poder transmitir, integralmente, às civilizações, às épocas que vão lhe suceder: ela poderá conhecer multidões, retrocessos, deformações significativas [...] o que queria dizer três coisas},{ que as categorias do pensamento não são nem universais nem redutíveis operacionalizadas pelos homens do século XX}, [...] maneiras de pensar dependem, antes de mais nada, dos instrumentos materiais (as técnicas) ou conceituais (as ciências)}, { não há progresso contínuo e necessário [...] na sucessão das diferentes aparelhagens mentais (31).

A aparelhagem mental é fonte de análise dos historiadores por meio da linguagem, que expressam como o sistema de percepções, que são: linguísticos, conceituais e afetivos, ou seja modos de pensar e sentir. Portanto a tarefa do historiador é resgatar estas representações para entendermos o período estudado sem anacronismo, com as aparelhagens do período. Como concluí Chartier.

[...] aparelhagem mental é o estado da língua, em seu léxico e sua sintaxe, as ferramentas e a linguagem científica disponíveis, e também este “suporte sensível do pensamento” que é o sistema das percepções, cuja economia variável comanda a estrutura da afetividade [...] (linguísticos, conceituais, afetivos) comanda “modos de pensar e de sentir” que recortam configurações intelectuais específicas [...] a tarefa primeira do historiador, assim como do etnólogo, é então resgatar essas representações, em sua irredutível especificidade, sem recobri-las com categorias anacrônicas, nem medi-las pela aparelhagem mental do século XX [...] (31).

2. Pano de Fundo e Conceitos:

Neste item nos proporemos em definirmos os conceitos da antiguidade greco-romana para assim amoldarmos nossa análise ao olhar mais preciso e claro do processo histórico, como já foi abordado pela teoria de Kosseleck em *Futuro do Passado*.

Nos ecos das indicações de Finley “No Clássico Política no Mundo Antigo” (FINLEY,1997), tentaremos prosseguir, para observarmos um mundo político mais amplo do que as simples dinâmicas e os conceitos genéricos que ainda tem sido postulado em nossos dias.

Primeiramente Finley indica o conceito ideal de Estado partilhados na antiguidade por romanos e gregos, que é bem sintetizado em Aristóteles “Estado é arena dos interesses e das classes¹ em conflitos”, mas o Estado ideal seria qual o conflito fosse ultrapassado por um ideal coletivo, mantendo o bem estar entre ricos e pobres (FINLEY,1997,11-13).

¹ Esta noção de classes muito se difere as noções marxista de classe.

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

Sendo assim já observamos que o Estado clássico não é um espaço do poder unidimensional, mas de interesses e conflitos, que borbulham na complexa sociedade romana.

Contudo na antiguidade Finley observa não existir uma distinção entre Estado e governo, este poder não é resumido apenas por uma coerção, e sim pelo seu reconhecimento do direito ao exercício de força (18-19). Assim o poder não é uma marionete nas mãos dos patrícios, mas se configura como uma rede de interesses que deve ser convergida ao plenário da maioria dos cidadãos para que suas ações mantenham o equilíbrio no poder. Claro que haverá ações que fogem deste padrão, estas ações impositivas que nos apontam as revoltas e conflitos, nos indicando novamente como o poder é mais complexo do que se tem apontado.

O poder na República romana estava refugiado na cidade-estado, qual sua estrutura de funcionamento, segundo Guarinello em “Cidade Estados na Antiguidade Clássica” (GUARINELLO,2003), definia como a cidade era o coração desta, e os cidadãos, homens livres nativos com maioria podiam participar das decisões do poder. Assim sua estrutura política era participativa, no qual era dividida numa tripartição do governo: em uma ou mais assembleias, e um ou mais conselhos, e por fim magistrados escolhidos. E sua participação era direta dos cidadãos, criando uma noção de decisões, após discussões coletivas e públicas, nos conselhos ou assembleias. Qual era obrigado à participação de todos os cidadãos. Por fim a Inexistência da separação absoluta dos órgãos de governo de justiça, legislativo e religião.

Por isso esta cidadania é identificada por Funari (FUNARI, 2003), como um conceito conectado as noções de cidade-estado, não se pode pensar o coletivo se antes não houvesse cidadãos, assim a cidadania englobava a cidade-estado, ou seja, ela é definida pela reunião de cidadãos. E também

havia a noção de ela ser uma posse, um bem como Cícero aponta “*recebemos de nossos pais a vida, o patrimônio, a liberdade, a cidadania*” (49), então pelo testamento é deixado os bens, um deste é a cidadania. Demonstrando como o espaço do conflito e do debate entre os cidadãos é que compõem a prática cultural da República, uma ética política.

Desta forma podemos então observar esta prática cultural política do debate e do diálogo para dirigir o poder público, assim não podemos achar que estes debates e polifonia de vozes, davam sempre os mesmos resultados, mesmas marcas e mesmos benefícios, pois assim não seria necessário o diálogo, pois já sabíamos aonde iríamos chegar. Então não podemos achar que um século de assembleias foi apenas o espaço de encenação e não da disputa pelo poder.

A prática cultural da política na República romana corrobora com o conceito de Finley, que é o modelo de uma política, que se insere nas atividades humanas do mundo pré-moderno, nos quais tinha a dura obrigação de serem inventivos, pois este modelo baseado em cidade-estado, assembleias e debate se iniciava com eles, por isso o imprevisto em meio a novos problemas será algo comum, uma vez que não há moldes antecessores a serem comparados, daí algumas vezes poderiam denotar imagens irreconhecidas (FINLEY, 1997, 70-71).

Então esta atividade poder ser claramente vista na construção da assembleia e dos debates, constrói a mentalidade e prática da cidade-estado, como observamos na obra de Jean Pierre Vernant em “*Origens do Pensamento Grego* (VERNANT, 2002, 63-66)”, onde indica que o homem grego abandonou, aos poucos, a explicação mitológica (religião) e passou a dar explicação racional para a solução dos problemas de ordem cosmológica (origem do mundo) e de ordem antropológica (origem do homem). Os filósofos

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

fundamentavam suas ideias em conceitos universais. Por isso a Política e a Filosofia nasceram na mesma época. Por serem contemporâneas, diz que “a Filosofia é filha da pólis”, já que muitos dos primeiros filósofos (os chamados pré-socráticos) foram chefes políticos e legisladores de suas cidades. Por sua origem, a filosofia não cessou de refletir sobre o fenômeno apenas político, elaborando teorias para explicar a sua origem, sua finalidade e suas formas.

Ao mesmo tempo havia os sofistas, que se destacaram como mestres do saber político e da retórica. Eles deveriam propiciar aos alunos habilidades da polêmica e da oratória, sem as quais um político estava privado de sua principal virtude. Esta é a capacidade da oratória de cada um que determina o que é justo e não o conhecimento profundo das leis. As técnicas de discurso não procuravam a verdade, mas provar um determinado ponto de vista; em alguns casos, procuravam apenas ganhar a discussão. Essa indiferença ao tema de que se tratava e a tese que se defendesse levou ao desprezo às doutrinas, devendo o aluno ser capaz de defender qualquer tese, verdadeira ou falsa, boa ou ruim. O aluno deveria conhecer as disciplinas que consideravam a palavra como tal: gramática e retórica. Persuadir era tão importante que Protágoras chegou a afirmar: “Devemos tornar a parte mais fraca em mais forte”. E, segundo Górgias, a palavra é o dom com o qual podemos fazer tudo, envenenar e encantar. Portanto observamos que a Filosofia e o Sofisma nasce na cidade-estado pela necessidade histórica e pela prática cultural do debate, por isso não podemos dizer que o poder é um simples acerto de contas dos patrícios, mas um constante espaço de conflito e debate pelo poder e pela direção da República.

Podemos assimilar a cultura greco-romana uma vez que a *“própria designação de cidade-estado implica a existência de elementos comuns suficientes para justificar o estudo conjunto da Grécia e Roma, pelo menos*

como ponto de partida” (FINLEY, 1997, 21), por isso consideramos as práticas culturais gregas-romanas em convergência, até porque como mostra Paul Veyne em “História da Vida Privada Vol. 1 (VEYNE, 2009)”, a diferença do ginásio romano era bem pequena comparadas as gregas além das suas enormes influências. As disparidades eram que a educação tinha um caráter público e no estudo ginásial estudava-se: música, ginástica, literatura grega e se aprendia o grego. Além de a retórica ser uma das matérias principais, para conseguir ter eloquência e desempenhar um grande papel na tribuna do senado e das outras assembleias. Como no caso de Cícero que mesmo não sendo oriundo de um grupo social abastado e oligarca pôde se sobressair e ser admitido no Senado, resultado de seu brilhantismo como orador (31-33). Apontando assim como o discurso e o debate na cultura romana eram tão importantes e essenciais para a construção da cidade-estado como aos gregos.

Então na estrutura da sociedade romana, há uma polifonia de vozes dentro do espaço dos cidadãos, mas não podemos continuar com o olhar anacrônico, denominando estas vozes a serem contingentes de uma sociedade de classes, como aponta Finley:

[...] mau hábito de impor a nomenclatura marxista em toda e qualquer análise política que utiliza o conceito de classes [...] Portanto devemos restringir-nos às antigas conotações de parceria ricos e pobres diligentemente o corolário moderno de uma classe média significativa e com interesses definidos” (FINLEY, 1997, 20).

Assim a sociedade romana se organiza, em “ordens” e não em classes, pela riqueza, a denominada Cité censitaire, sendo assim a população da República romana era diferenciada pela riqueza e pela situação social (22-

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

24). Contudo estas “ordens” não são fechadas, mas tem constante movimento social, como a formação dos nobilitas. Ora se tem mudanças sociais como podemos entender a política romana, como uma dicotomia estável dos plebeus e patrícios ou mais um monopólio de uma aristocracia dos patrícios?

Além de observarmos uma estrutura associativa, e de ofícios, na estrutura social romana apontadas por Funari e Paul Veney (VEYNE, 2009, 123-124; 172-174; VEYNE, 2000,39-41), contudo deixaremos esta alusão para a segunda parte do artigo, onde analisaremos o seu espaço e voz política dos mesmo.

Queremos apontar que havia uma complexidade no poder na República romana, uma vez que o poder é construído em meio ao debate e ao diálogo, onde todos os cidadãos podiam participar, é óbvio que nem todos realmente acabavam tendo voz, mas se dava espaço para cada grupo social cidadão apresentar a sua voz. Sendo assim não podemos acreditar que esta polifonia era ditada pela música de um só grupo, os patrícios, pois então para que a música? Nesta mesma linha Guarinello e Joly se propõem em identificar e problematizar a complexidade do poder no Principado romano:

[...] Predomina, em nosso senso comum, a ideia de que o governo dos imperadores de Roma exercia-se sobre uma sociedade decadente, apática, viciada, sujeita aos desmandos pessoais, aos caprichos e mesmo á loucura desvairada de tiranos absolutos e sem limites. Mas essa visão é, na verdade, um mito [...] mostrar a existência de éticas políticas concretas e efetivas, e para tanto, escolhemos como campo de [...]. (GUARINELLO, 2001,133)

Então como Guarinello e Joly procuraram entender a prática do poder, como sendo diversa e contemplado com uma preposição cultural

de uma ética assim, os grupos sociais que debatem o poder tem sua voz direcionada por uma ética e uma prática cultural política recorrente na construção da República, e é ela que será o nosso objeto de análise.

A ética então será o fio condutor para entendermos a dicotomia real entre a representação, narrativa histórica, e o conceito que revela com mais clareza e profundidade a singularidade de experiências. Como Koselleck aborda:

[...] o problema da representação isso é, da maneira como a história [...] narra e descreve, remete, no campo do conhecimento a diferentes dimensões temporais do movimento histórico [...] forma de uma linguagem limita não só o potencial de representação como também exige do historiador que se volte necessariamente a fonte em busca de fatos [...] trata-se de diferentes camadas de tempo que, por sua vez exigem diferentes aproximações metodológicas [...] para explicar melhor esta tese, partimos do princípio de que “eventos” só podem ser narrados e “estruturas” só podem ser descritas [...] a experiência histórica que constitui o evento será necessariamente inserida na sucessão temporal [...] o fio condutor da representação [...] (KOSELLECK, 2006,133-134).

Por isso o nosso caminho é de tentar rastrear as éticas políticas na República, no qual utilizamos para entender este espaço poder, o espaço do conflito, o conceito já apontado por Finley que são as atividades humanas no mundo pré-moderno em meio a uma arena de interesses e conflitos sociais. Para contemplarmos este conceito se faz necessário entendermos o conceito de ética que Guarinello e Joly apontaram.

Segundo Guarinello e Joly não existe apenas uma ética, mas éticas, que são formadas socialmente, estas respondem as necessidades históricas de uma devida sociedade, por isso podemos dizer que não há um

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

padrão de ética universal (GUARINELLO, 2001, 134). Portanto, deve ser entendida pela sua própria linguagem e termos, tendo como pano de fundo a República Romana (134). Assim antes de iniciarmos o conceito de éticas nos propomos a definir os conceitos, de cidade-estado, política, origem do pensamento, linguagem e estrutura da sociedade. Nesta segunda parte do artigo procuramos os rastros das éticas políticas em meio à estrutura social da República romana, para assim observarmos a polifonia de vozes políticas que constituem suas atividades e que fomentam éticas políticas.

2. Éticas e vozes políticas na República Romana

A pergunta problema de Finley ainda não se esgotou, como apontamos no item anterior, pois quando buscamos identificar as diversas atividades políticas, que consideramos as vozes e éticas políticas, por isso Finley afirma:

[...] a política é competitiva, e a primeira distinção entre as comunidades onde competição é limitada a um setor de cidadãos proprietários – oligarquias, em sentido restrito – e comunidades onde a classe mais pobre tem algum direito de participação. Infelizmente faltam-nos dados suficientes para a análise significativa da política [...] (FINLEY, 1997, 80-81).

Na luz dos conceitos abordados no item anterior, e também estudo de obras clássicas e propagandas expostas em Pompeia, análises de mausoléus e novas perguntas problemas tentaremos dar luz a esta análise significativa da política romana, qual faltou para Finley.

Primeiramente observamos os discursos de Políbios e Cipião Africano, que nos apontam as primeiras indicações das éticas e vozes políticas romanas:

O governo da República romana estava dividido em três corpos tão bem equilibrados [...] poderia dizer com certeza se o governo era aristocrático, democrático ou monárquico. Atentando ao poder do cônsules dirá que é absolutamente monárquico e real; e a autoridade do Senado parecerá aristocrático e ao poder do Povo, julgará que é um Estado Popular (POLÍBIOS, 1985, Livro VI, 11. 333).

Este mesmo conceito pode ser observado em Cipião, na obra de Cícero.

Por minha parte, creio que a melhor forma política é uma quarta constituição formada da mescla e reunião das três primeiras. (...) Para resumir: a monarquia nos solicita pela afeição; a aristocracia pela sabedoria; o governo popular, pela liberdade, e, nessas condições, a escolha se torna muito difícil. (CÍCERO, 1985, Livro I, 28,29 e 35, 41-42 e 46).

Para Políbio não havia choque entre estes três poderes, contudo a história romana nos apresenta outra realidade, observamos o Senado, em disputa com o poder e com a classe cidadã menos abastada, em contrapartida observamos os cônsules buscando neste vazio definidor um espaço para uma centralização de poder. Assim identificamos três espaços do poder em disputa pela direção da República romana, contudo não é porque são três espaços, que são três grupos, com uma ética política e uma voz unilateral. Pois aí se encontra o problema, buscaremos analisar cada espaço e identificar como

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

estas éticas, promovem espaços complexos que carregam diversas vozes e suas representações simbólicas.

Primeiramente estaremos identificando e analisando o espaço do Senado, lembrando que para ser senador era necessário uma renda de 400 denários em terra, ter sido magistrado e tradicionalmente ter mais de trinta anos. Inicialmente também entendemos como Finley que a um limite da participação pública do cidadão, uma vez que era necessário instrução e tempo, algo que poucos tinham. Mas não era somente isso. Como aponta Paul Veyne, a necessidade da formação do ginásio da retórica, para como Cícero conquistar o espaço do poder. Mas porque era tão importante à retórica? Como Paul Veyne aponta o espaço do poder não é apenas destinado à riqueza, mas a cooptação, sendo assim para entrar dentro do seio deste poder era necessário prestígio social e o mais importante, em meio a rede de clientelismo conseguir alcançar a fidelidade do grupo, num jogo de propinas e benefícios coletivos. Contudo adentro do grupo se poderia subir e guiar em meio às indicações que combinassem a rede de interesses do grupo (VEYNE, 2000, 93-94). Como nesta rede de cooptação de interesse podemos dizer que só havia uma dualidade de partidos na República? Pois não podemos defini-los como uma noção moderna partidária e de sua ideologia. Mas uma arena de conflito para os interesses que formam uma ética política.

Por isso Paul Veyne aponta como a política pública de pagamentos ilegais constituía o grande negócio dos governadores de província, que compravam o silêncio dos inspetores e dividiam os lucros com seus oficiais e chefes de departamento. O poder central fazia vista grossa, bastava-lhe receber sua parte (95-96):. Como Paul Veyne, destaca em Cícero

Lucas Guimarães e Eliton Almeida

[...] o caminho senatorial de enriquecimento; [...] um romano enriquecia em parte à custa dos cofres públicos; um governador recebia escusamente colossais quantias para sua missão e jamais prestava contas; sob a República (95).

Então, observaremos governadores romanos apoiando a expansão e o imperialismo econômico, para expandir sua rede de propina e enriquecimento, como de Cícero que depois de governador de uma província ganhou o equivalente a 1 milhão de euros (95).

Contudo não podemos entender esta política com um caráter corrupto, mas como Finley aponta, devemos observar a política sem uma moral, mas com os seus próprios conceitos e representações simbólicas. Então o conceito e representação de ética na República Romana seriam uma rede de interesses e propinas, ligados ao benefício coletivo e na fidelidade.

Contudo esta representação e conceito de ética também são movidos pela dignidade aponta Paul Veyne. Que é um ideal não de riqueza, mas de representação perante a cidade-estado, perante a honra, a família e seus antepassados, esta era sintetizada no espaço do poder público, e sua esfera máxima o senado (97). Como observamos no discurso de Cícero, ilustrado por Paul Veyne:

[...] minha cidade, com esse cargo de um ano definitivamente aumentei minha 'dignidade' e a de minha casa e hei de figurar em vestes oficiais em minha galeria de ancestrais". "Dignidade", essa é a grande palavra! (97).

Assim o conceito e a representação de ética pública estavam dirigidas tanto pelo enriquecimento pessoal como por sua representação simbólica

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

perante a cidade-estado, desta maneira, de fora os senadores eram patronos da República, e por dentro pelas suas camadas e subcamadas de clientela praticavam a cooptação, para promover seus interesses e conseqüentemente seu enriquecimento. Assim observamos uma política não constituída em demarcações claras partidárias, mas em interesses, neste jogo não podemos generalizar em dois grupos apenas, e sim na representação/desejo de ter o poder, a dignidade.

Podemos observar isso com mais clareza em Cícero, um dos principais escritores do final da república, talvez tenha sido o autor que mais se preocupou com as questões do funcionamento do poder (FUNARI, 2000, 36). Neste tema Cícero identifica:

Dois tipos de pessoas sempre existiram em Roma, desejosas de participar da vida política e de alcançar distinção: uma classe desejava ser, e ser considerada, representantes do povo comum, os “populares”; a outra, chamava-se de “os melhores”, os “ótimos”. Aqueles que queriam, em ações e em palavras, agradar a grande massa, eram considerados populares; aqueles que queriam a aprovação dos bons cidadãos, eram considerados os ótimos [...] São os membros das classes altas, elegíveis para o Senado; cidadãos de cidadezinhas e de regiões interioranas; homens de negócios; até, mesmo libertos são ótimos (CÍCERO, Em Defesa de Séstio, 96 Apud FUNARI, 2000, 37-38).

Cícero aqui não divide o poder da República em partidos ou em grupos, e nem em sua posição na ordem social da república, por isso inicia o discurso dizendo “dois tipos de pessoas sempre existiam em Roma”. Ou seja, ele está observando o campo da representação, da prática. Por isso demonstra que havia duas práticas culturais políticas no poder, que era popular e outra denominada ótima. Onde a primeira aponta para um conceito

e representação de ética política, que busca agradar as massas, e a segunda que buscava com palavras e banquetes conseguir o agrado dos cidadãos. E Cícero continua explanando a disparidade e práticas do poder da República:

Embora ampla e heterogênea, esta classe, como um conjunto, pode ser brevemente definida. Todos os homens que defendem a lei e a ordem, não são depravados, radicais ou com dificuldades domésticas devem ser considerados ótimos. Aqueles que a oposição popular chama de “uma quadrilha” são na verdade, honestos, íntegros, homens de família. Aqueles que, no governo, consultam os desejos, interesses e opiniões deste grupo devem ser contados entre ótimos, íntegros, cidadãos superiores e defensores do interesse público (CÍCERO, Em Defesa de Séstio, 96 Apud 37,38).

Novamente, Cícero demonstra que a estrutura do poder dos denominados ótimos não é só de aristocratas, e da classe mais abastada, mas também é formado por uma classe menos abastada, ampla e heterogênea, que está interligada por uma rede de interesses. É claro que estar interligado por uma rede de interesses, suas leis e seus benefícios, não significaria que alcançava todos, a toda hora. Mas sua cooptação está fundada num interesse comum, onde um precisou do outro, por isso se aliou na ânsia de se beneficiar e se proteger. Mostrando como as demarcações e representações partidárias são amplas. Isso para alguns parece ser absurdo, mas devemos entender, que a reunião de interesse não faz todos pensar da mesma forma e ter o mesmo discurso, mas o que liga é o fim, o bem, que ainda pode distinguir um do outro, mas de qualquer forma os liga.

Diferente de outros historiadores que consideram esta afirmação de Cícero abstrata, questionando como pessoas de classes sociais diferentes podem se unir? Isso é resultado porque veem na Antiguidade à dinâmica

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

da pós-revolução industrial, e sua dualidade marxista de “Proletariado e Burguesia”. Qual Finley (FINLEY, 1997, 11-13, 20,70-71) criticou ao historicizar a política na antiguidade, nos indicando para observarmos o seu conceito como uma arena humana de conflitos e interesses políticos de um mundo pré-moderno. E seguindo na mesma linha crítica Guarinello e Joly (GUARINELLO, 2001, 133-134), nos aponta ao ver a antiguidade, com a sua própria ética política, parafraseando Koselleck numa “singularidade de experiências” (KOSELLECK, 2006, 114). Voltando no ponto estrutural das redes de cooptação de Paul Veyne, uma estrutura sem demarcações partidárias claras, mas constituídas por representações simbólicas, como de procura de seu interesse, seja benefício, seja enriquecimento, seja proteção e até dignidade. Como aponta novamente Cícero:

O mais importante e desejável, para estes cidadãos corretos, leis e bem de vida: paz com dignidade [...] Os fundamentos da paz com reconhecimento, que os defensores do bem público devem proteger e defender, mesmo ... Custa da sua própria vida (CÍCERO, Em Defesa de Séstio, 98 Apud FUNARI, 2000, 39)².

Por isso será importante para alcançar esta posição de dignidade e apoio social, dois conceitos e representação de éticas políticas na República romana, o propagandismo e o evergetismo.

O Propagandismo é demonstrado por Funari, como uma maneira de conseguir adesão de votos e apoio social, para isso era necessário algumas técnicas, apresentadas por Cícero. Dizia que para ganhar o favor popular era necessário o candidato conhecer seus eleitores pelo nome, ouvi-los, elogia-

² CÍCERO, Marcus Túlio. Em defesa de Séstio. p.98 apud FUNARI, Pedro Paulo A. **ob. cit.** p. 39.

los, bajulá-los, ser generoso e principalmente dar esperança de um emprego no governo e até benefícios (apud FUNARI, 2000, 30-31). Outra ferramenta é a prática de banquetes, nos quais os companheiros participantes da campanha devem ter o discurso pronto para procurar atingir com promessas o eleitorado de uma tribo, família e cidade. E também aparentar ser uma pessoa aberta, disposta a ouvir, como se tivesse preocupado com cada necessidade do eleitorado, por isso sua casa deveria estar sempre cheia de pessoas, de todas as “ordens” sociais. Por último, Cícero nos indica a necessidade de destreza para sobreviver ao mundo político de Roma, um espaço multirracial, um mundo cheio de falsidades, enganações e vícios de todo tipo. Ou seja, um mundo sóbrio, que necessitava demasiadamente da retórica, de alianças políticas e discernimento para conseguir sobreviver a este mundo de dissimulação e engano (37).

O evergetismo como é analisado por Paul Vayne, é a prática dos notáveis financiar espetáculos públicos, edifícios públicos, banquetes, festas e necessidades em geral da cidade-estado, doando contribuições para o Tesouro público, isso para alcançar o espaço dignitário. Para então alcançar o título de “patrono da cidade”; “pai da cidade” ou “benfeitor magnânimo e espontâneo”, que era comum em lápides ou estátuas que poderiam ser erguidas na cidade. Contudo esta prática não era esporádica, sempre que a cidade precisasse de algo, era o papel do patrono cumprir, até mais, era comum fazer anualmente obras, festas e campanhas. E caso não houvesse condições financeiras no momento, deveriam formular por escrito a promessa pública de fazer isso um dia. Esta prática e representação simbólica entretinham as classes menos abastadas e alcançava sua fidelidade política (VEYNE, 2000, 103-105).

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

Por fim, o último apontamento que observamos dentro do conceito e representação de ética política nos cargos públicos, era o clientelismo e a adoção. O Clientelismo como já aborda Funari, é importante para o propagandismo e a fidelização eleitoral e mais apoio para proceder não só campanhas, mas também estruturar como já dissemos as redes de cooptação. Mas Paul Veyne aponta duas práticas comuns entre o clientelismo. O cliente que precisa do patrono, que normalmente é das classes menos abastadas, para se proteger ou por ter alguma necessidade, e assim acaba ficando à mercê do Patrono. E a segunda que não precisa do patrono, por normalmente ser das classes mais abastadas, utiliza o espaço do companheirismo para ascender socialmente, já o patrono precisa ter este tipo de clientela, tanto por sua representação social como também por ser normalmente melhores formados, assim conseguem cumprir com mais destreza as suas funções políticas do propagandismo e da cooptação (99-100).

No caso da adoção, se torna uma prática comum entre as famílias romanas abastadas de maior representação social. Uma vez que escolher um herdeiro, não era apenas dar lugar ao seu filho, mas dar continuidade ao nome da família, a honra dos antepassados, mantendo “os negócios” da família, por isso não poderia ser qualquer um. Assim o descendente de sangue precisava apresentar as qualidades necessárias, ou seria facilmente descartado por um cliente, uma prática comum em Roma, como dar alguém em casamento, pois o outro teria uma maior capacidade de dar continuidade a dignidade da família. Como Paul Veyne demonstra:

Visivelmente dava-se uma criança em adoção como se dava uma filha em casamento, sobretudo em se tratando de um bom casamento. [...] Assim como um testador tornava seu continuador aquele a quem

Lucas Guimarães e Eliton Almeida

instituía herdeiro, assim também, ao adotar um jovem bem escolhido, elegia-se um sucessor digno de si. (28).

Por isso que observaremos, também a prática do parricídio, uma maneira do herdeiro de sangue manter sua primogenitura e de conseguir sua maioria política desvinculando-se da cadeia jurídica-social de seu pai (37).

O segundo espaço do poder, a classe dos menos abastados, denominada normalmente de forma genérica, apenas como plebe. Não é que o termo não exista no mundo romano, mas nós historiadores não podemos deduzir que represente apenas um grupo unidimensional, com a mesma, representação simbólica, voz, espaço e interesse. Assim como o Senado, que apresenta uma multiplicidade de vozes e éticas políticas.

O primeiro conceito e representação de ética percebidas na plebe já são de praxe e conhecida pela historiografia, que são os seus movimentos em busca de sua cidadania e ampliação de sua participação política.

Pois inicialmente, mesmo com a classe trabalhadora urbana, comerciante e artesã, possa ter enriquecido e prosperado, ela não poderia gozar de igualdade de direitos aos patrícios. Como também a classe trabalhadora no campo, endividada e perdendo terras. Por isso estes grupos se uniram por um bem comum pela cidadania³.

³ Como Funari aponta, mesmo chamando de plebe, divide o movimento em rural e urbano, inicialmente já demonstra uma pluralidade. “Os plebeus urbanos preocupavam-se, portanto, com os direitos políticos e sociais: queriam ocupar cargos, votar no Senado e até mesmo casar-se com patrícios, o que lhes era verdade. Em um movimento paralelo, parte da plebe rural teve as terras confiscadas pelo endividamento e lutava pelo fim da escravidão por dívida e pelo direito a parte da terra conquistada de outros povos. Apesar dos interesses diversos, os plebeus não tiveram dificuldades, para unir-se contra o patriciado na luta pela cidadania”. Conforme FUNARI, 2003, 53.

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

Assim a pressão da classe trabalhadora de abandonar a cidade, parar o comércio, artesanato, trabalho no campo e sua participação no exército resultaram na concessão dos direitos civis (FUNARI, 2003, 37). Como é descrito pelo historiador romano Tito Lívio, com a seguinte parábola:

Antigamente, antes que o corpo humano fosse coordenado, cada um dos seus membros tinha suas próprias vontades e meios de expressão. Os outros membros estavam zangados, pois tudo que faziam apenas beneficiava a barriga, que ficava ociosa bem no centro, a aproveitar o que lhe era trazido. Por isso, os membros decidiram parar de trabalhar. As mãos não trariam comida á boca, a boca não aceitaria comida, os dentes mastigariam. Embora o seu objetivo fosse fazer a barriga passar fome, os próprios membros e todo o seu corpo sofriam. Isso mostrou que a barriga não era, na verdade, apenas consumidora, pois colocava na corrente sanguínea sua parte da comida digerida, dando vida a todo o organismo (Apud FUNARI, 2003, 37).

A representação/desejo é que forma um grupo, mesmo não sendo homogêneo, pois se fomentou na busca de um mesmo interesse, a cidadania e depois ampliações de direitos. Por isso não podemos considerar um único grupo e com único conceito e representação de ética.

A vitória política da plebe permitiu a ela a participação no poder político, com a instituição do Tribuno da plebe, além de criar a assembleia popular; também conseguiu alcançar certa isonomia jurídica com a publicação da Lei das Doze Tábuas, certa porque era regulamentação da lei oral e tradicional que protegia os donos de Terra, mas permitia pelo menos que a lei não variasse segundo o infrator, então do espaço para saber como recorrer e defender no espaço político (37). Além de no século III a. C., a aliança da classe urbana com os patrícios, que resultou na lei Lúcio Séxtio assegurando

direito de eleger cônsules da plebe. Outras leis de caráter importante é a Lei Ogúlnia, que permitiu os plebeus a terem acesso a todos os cargos políticos e religiosos, e a Lei Poetélica Papíra, concede o fim da servidão por dívidas e pôr fim a Lei Hortensia, que permitiu que as leis aprovadas nas assembleias populares tivessem força de lei mesmo sem aprovação do Senado (54-55). O processo de ampliação de direito, aponta o primeiro conceito e representação da ética política da plebe, que foi bem resumida pelo Historiador romano Floro:

Em meio a essas sedições, esse povo valoroso merece admiração. Lutou por sua liberdade, por sua honestidade, por sua dignidade de nascimento e também pelos cargos e suas honras, mas, acima de tudo, bateu-se de forma mais valente pela salvaguarda da liberdade (apud FUNARI, 2003,55).

No interior deste processo, observaremos um grupo se emancipar do espaço da plebe, pois suas representações não cabiam e eram diferentes desta plebe heterogênea, os nobilitas. Pois estes procuram consolidar e defender seus direitos, se estabelecendo como magistrados eleitos da plebe. Queriam participar dos “negócios do Senado”, ou seja, do enriquecimento público e da dignidade representativa patrona do mesmo.

Assim essa plebe heterogênea e cada vez mais disputada por patrícios e nobilitas, para conseguir sustentar os interesses de seus grupos de famílias no poder. Por isso observaremos uma constante importância desta para dirigir o caminho da República, procurando convence-la por dissimulações de promessas e retóricas ou por algum benefício, e de ampliar o propagandismo. Esta que eram pintadas nas paredes em grande número

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

e espalhados por toda cidade, como podemos ver no exemplo da cidade de Pompeia, como Funari descreve:

Reeleja, pela terceira vez, Lucio Veronio Ipseo para duenviro (Prefeito) e quinquenal em chapa com Caslio Marcelo, candidato a edil: sermos ótimos colegas [...] (FUNARI, 2000, 33).

Esses cartazes demonstram mais um conceito e representação de ética política da plebe, e como era importante a associação dos grupos do poder a ela, para o bem estar e equilíbrio da República. Mas há outros cartazes que alguns historiadores indicam a fragilidade desta disputa, pela facilidade da obediência e manipulação da plebe, como este: *“Todos os pompeianos, sem exceto, elegeram Pquio Próculo duenviro: ele verdadeiramente, digno da administração da cidade”*. Contudo seria como hoje, quando um candidato, ao vencer uma eleição a prefeitura agradece a toda cidade, sem que isso represente que toda a cidade o apoiou, cabe a nós historiadores interpretarmos os documentos para além do ditadorismo de Rank, qual a fonte é a resposta total do historiador. No entanto devemos inquirir a fonte em meio ao seu contexto histórico, suas práticas culturais e suas construções simbólicas para então podermos formular hipóteses próximas à estrutura social da antiguidade romana, como aponta Guizburg:

Mas também podem ser impelidas pode ser implícitas nas notas etnográficas que descrevem um mito, um rito ou um instrumento ... a essência da atitude antropológica ... o confronto de culturas diferentes, pressupõe uma perspectiva dialógica ... numa perspectiva ... Mikhail Bakhtin ... dialógico pode lançar luz sobre algumas características que de vez em quando afloram na superfície dos processos de inquisitórios... (GUIZBURG, 2007, 285,286).

Para então entender as ressonâncias de temporalidade e significação nos conceitos, que o espaço da ação e experiência que nos aponta os rastros do processo histórico como aborda, Koselleck:

somente as estruturas temporais (e com isso queremos designar estruturas internas imanentes às circunstâncias em que se deram os eventos, ou que, pelo menos, aludam a elas [...] espaço da experiência histórica como um campo de pesquisa próprio [...] evidenciar possíveis formas do transcorrer histórico assim como sua descrição, sem prejuízo de seus significados [...]) (KOSELLECK, 2006, 121)

Para assim entender que não passa de um exagero, que reforça a vitória representativa daquele que foi eleito, pois como Chartier indica as representações simbólicas que permitem o sujeito classificar, julgar e agir segundo uma identidade proposta, então assujeitando neste prisma (CHARTIER, 2002, 11). Este exagero também indicado por Funari. (FUNARI, 2000, 33).

Isso fica mais claro, quando vemos cartazes eleitorais procurando o apoio eleitoral de uma categoria específica de trabalhador manual, demonstrando que não dá para pensar a plebe como algo unilateral e que a disputa política era realmente abrangente. Onde temos por exemplos os cartazes:

O Professor Saturnino apóia Caio Cúspio Pansa para edil, com o apoio dos seus alunos (CIL IV 275 apud FUNARI, 2000, 40) [...]

Os artesãos fabricantes de carroças pedem o voto para Marcelo candidato a Edil (CIL IV 485 apud FUNARI, 2000, 41) [...]

Os Camponeses pedem o voto para M. Casélio [...] (CIL IV 490 apud FUNARI, 2000, 41).

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

Este conceito e representação de ética política se constituíram em meio às representações simbólicas de uma profissão qual na plebe era algo comum⁴, como podemos observar nas casas e túmulos das pessoas bem sucedidas em seus ofícios.⁵ Nas casas em Pompeia os diferentes trabalhadores manuais, como padeiro e fabricantes de louça, se vangloriam do seu ofício com pinturas e estátuas de mármore. Já no epitáfio é comum mencionar ou vangloriar sua profissão, como indica Paul Veyne:

No epitáfio em versos que encomendara a um poeta, um rico agricultor da África conta como fez fortuna com seu trabalho. Pois todos esses ricos comerciantes e artesãos ou grandes agricultores gostam de mencionar sua profissão no epitáfio; informam que trabalharam “laboriosamente”, foram “cambista muito conhecido”, “renomado comerciante de carne de porco e de boi” (VEYNE, 2000, 124).

A consciência de seu ofício não era uma prática apenas de dignificação e representação, mas também política, por isso apontamos como um conceito e representação de ética política. Paul Veyne nos demonstra como a sociedade da República romana está dispersa em associações ou confrarias, nas quais eram livres associações privadas, onde se reuniam homens livres e escravos que exercessem uma mesma profissão ou queriam venerar o mesmo deus, formando diversas delas entre as cidades romanas, que iam de associações de tecelões a adoradores de Hércules (VEYNE, 2000, 173). Qual fosse objetivo da associação religiosa ou de ofício,

⁴ Não só na plebe, mas na sociedade romana, Como Paul Veyne indica no exemplo do Imperador Marcos Aurélio: “Por isso sua cidade ergue-lhes estátuas: as “profissões” são publicamente reverenciadas. Um romano se definia por elas; dizia-se, por exemplo, “antigo cônsul, filósofo”; esse é o sentido do título que Marco Aurélio conservou na história; “imperador [e] filósofo”. Quer dizer que à sua dignidade política acrescentou a coroa da profissão filosófica”. VEYNE, Paul. 2000, 121.

⁵ Bem sucedida porque os um epitáfio custava muito caro.

seus moldes estruturais eram próximos das cidades, cada uma tinha seu conselho, magistrados anuais e prática de evergetismo, onde os patronos da associação ganham representação e fidelidade na hora das votações (173). Este fenômeno se espalhou em meio à sociedade romana, por ser um espaço de ajuda mútua, de calor humano e prazeres dos banquetes, um tipo de clientelismo e cooptação do grupo, por isso observamos como são importantes na política da cidade-estado, nos cartazes eleitorais descobertos em Pompeia. Para se adentrar neste espaço era necessário pagar, e essa renda permitia sempre bons banquetes e prazeres (174).

Por fim, destacaremos como a sociedade romana também tinha espaço para a mobilidade social, contudo nem sempre o enriquecimento significa adentrar ao espaço do poder, pois às vezes não se tinha tanta riqueza, mas era de suma importância sua posição política para conseguir filiação de uma associação ou tribo que o represente, como já percebemos nos conselhos de Cícero para construir uma política eficaz. Um importante exemplo desta mobilidade está na obra do primeiro século de Petrônio, *Satyron*, qual descreve um liberto chamado Trimalcito, que recebeu de seu mestre ou dono, uma grande herança, como gratidão pelo seu serviço e fidelidade. Por outro lado mesmo com toda sua riqueza da herança e do comércio marítimo e da renda de suas terras, a narrativa mostra que nos grandes banquetes no seu vilarejo não conseguia ser reconhecido pelos notáveis da cidade, e da classe menos abastada, que na escusa o denigrem. Demonstrando, então que não basta riqueza, ou mobilidade para participar deste mundo político, mas o importante é fazer parte das redes de cooptação, propagandismo, clientelismo e associação para conseguir ascensão e importância neste mundo social político (PETRÔNIO. *Satyron*. 76 e 77 Apud FUNARI, 2000, 35-36).

Representações e Conceitos das Éticas do poder...

O terceiro grupo, os cônsules tinham importante papel no processo político da República romana, nos apresentando um interessante conceito e representação de ética política, por dois motivos básicos.

Primeiro são as fragilidades da defesa interna dos Romanos, como aponta Finley, que o exército romano era a força profissional reunida em período de conflitos externos, contrapartida internamente não havia uma força treinada e separada para proteger Roma, esta proteção era feita por cidadãos voluntários, quais a maior parte não tinham preparo e nem a formação para dar a proteção necessária (FINLEY, 1997, 30-31). Abrindo assim espaços para movimentos civis.

Segundo quando houvesse quebra na rede de interesses de cooptação, evergetismo, propagandismo e associações, neste espaço vazio, é que os cônsules se adentram procurando apoio social se refugiando em algum grupo, para conseguir a centralização do poder. Isso poderia ocorrer, por exemplo: quando a cidade-Estado não conseguir dar estabilidade política de longa duração, já que tinha dificuldade em manter sua independência e seu sistema político. Isso ocorria principalmente com a expansão de conquista e domínio de novas terras, tornando cada vez maior. Levando a desarticulação de sua estrutura, pois o poder ficava muito centralizado, não havendo uma participação pessoal dos cidadãos, pela amplitude do império. Culminando no questionamento desta intendência e centralização da cidade-estado assim na crise (GUARINELLO, 2001; FINLEY, 1997, 85).

Dando assim espaço para formar os casos de Mario e Silas, enquanto Mario conseguiu apoio do exército com a distribuição dos soldos de guerra, e como ditador impõe medidas consideradas populares, postulou-se no poder, em contrapartida, Silas se levanta como defensor dos interesses dos donos de Terra, derrotando assim Mario, mas do que isso se aproveitando para se

colocar dez anos no poder. Esta prática ficou tão clara que observaremos nas outras duas guerras civis.

Demonstrando como o poder político romano era algo tão disputado, constante e divergente, por isso analisaremos diversos conceitos e representações de éticas políticas, diversas vozes e dissimulações pelo poder, que buscam a todo preço seu interesse e quando não houvesse um bom mediador até a guerra civil seria o horizonte para república.

Em suma o mundo da República e seus conceitos e representações de éticas e vozes foi muito bem descrita e ainda é atual na passagem de Finley: “[...] *Havia que recorrer a eles, consultá-los manipulá-los, manobrá-los e suplantá-los nas manobras; numa palavra, envolvê-los politicamente por diversas formas*” (86).

Conclusão:

Portanto assim como Finley, Guarinello e Joly, observamos uma estrutura política romana para além do anacronismo da dinâmica marxista, e choque de classe, mas o mundo pré-moderno, onde o espaço político é uma arena de disputa, constituída por representações e éticas. Assim o que fizemos foi demarcar os aparelhos políticos e de prática da República Romana, apontadas por Políbios e Cipião: Aristocracia do Senado, Democracia das Assembleias e a Monarquia dos Consules. Para assim tentarmos entender os rastros das representações e éticas, cada aparelho do poder, para demonstramos que era complexo e dinâmico e não unidimensional.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia**: A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre; Editora Universidade/UFRGS, 2002.

CÍCERO, Marco Túlio. Da República. Tradução Amador Cisneiros. 5ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1985.

FUNARI, Pedro Paulo. Cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (org). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo; Contexto, 2003.

_____, Pedro Paulo A. **Roma**: Vida Pública e Privada. Col. História Geral dos Documentos. 10 ed. São Paulo; Atual, 2000.

FINLEY, Moses. **Política no Mundo Antigo**. Lisboa, Edições 70, 1997.

GUARINELLO, Nobert Luiz e Joly, Fábio Duarte. Ética e ambiguidade no Principado de Nero. In: BENOIT, Hector e FUNARI, Pedro Paulo A. **Ética e Poder no Mundo Antigo**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, IFCH, 2001.

_____, Norberto Luiz. Cidade-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime,

GUIZBURG, C. **O Fio e Os Rastros**: Verdadeiro, falso, fictício. São Paulo; Companhia das Letras, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo; Contexto, 2003.

KOSELECK, R. **Futuro do Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. São Paulo; Contraponto, 2006.

POLÍBIO. "Historia". Tradução de Mário da Gama Kury Brasília: Ed. da UnB, 1985. Livro VI.

VEYNE, Paul M. **Como se escreve a Historia; Foucault revoluciona a história.** Brasília; Editora Universidade de Brasília. 1982.

_____, Paul M. **História da Vida Privada.** Vol. 1: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VERNANT, Jean Pierre. **Origens do Pensamento Grego.** Rio de Janeiro; Difel, 2002.